

## **Etnia e proto-industrialização: história e historiografia da participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora – 1856/1887**

NICÉLIO DO AMARAL BARROS<sup>1</sup>

### **Resumo**

Trata-se de uma análise da participação dos imigrantes alemães nas origens dos investimentos industriais na cidade mineira de Juiz de Fora em meados do século XIX. O artigo aborda três questões: a) as origens do capital financeiro que propiciou a abertura de créditos para pequenos e médios empresários na cidade; b) o porte e o significado econômico das firmas abertas com a participação de imigrantes alemães e; c) as visões da historiografia sobre o tema. Procura-se, nos âmbitos das histórias política e econômica, clarear a real magnitude das inversões dos imigrantes alemães no bojo do processo. As principais fontes pesquisadas foram os registros e balanços do Banco de Crédito Real (Credireal), Códigos de Posturas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Processos de abertura e encerramento de firmas e periódicos locais.

**Palavras-chave:** Proto-industrialização; Imigrantes; Economia; Juiz de Fora.

### **Abstract**

This is an analysis of the participation of German immigrants the origins of industrial investments mining in the city of Juiz de Fora in the mid 19th century. The article deals with three questions: a) the origins of the financial capital which gave the opening of credits for small and medium sized entrepreneurs in the city; b) the size and significance economical firms opened with the participation of immigrants Germans; c) the visions of historiography about the theme. Demand-if, in the scope of economic history and policy history, light the real magnitude of inversions German immigrants in bulge of the process. The main sources researched were the records and balance sheets of Credit Bank Real (Credireal), Codes of postures of the Municipal Council of Juiz de Fora, processes of opening and closure of firms and local journals.

**Keywords:** Industrialization-proto; Economy; Juiz de Fora.

### **Introdução**

O trabalho ora apresentado tem como objetivo central contribuir com o debate acerca da participação dos imigrantes alemães no processo de industrialização da cidade mineira de Juiz de Fora, durante a segunda metade do século XIX. Na introdução

procuramos abordar os fatores que levam a cidade a desenvolver um incipiente setor urbano-industrial, sobretudo, a partir de 1880, e de que forma os imigrantes alemães se inseriram nesse contexto de desenvolvimento da economia local. Em seguida, analisamos o surgimento na historiografia local, do mito em torno do “*imigrante industrial*” e os desdobramentos do debate historiográfico nas últimas duas décadas. Por fim, fazemos um balanço da literatura sobre o tema, apontando para uma agenda que venha a alinhar pontos “*novos*” aos “*velhos*”. Pensamos que o debate emotivo e pouco analítico nada mais pode somar ao estudo do tema.

O recorte cronológico se sustenta nos seguintes parâmetros históricos: o ano de 1856 marca a vinda das primeiras famílias alemãs para Juiz de Fora. Conforme veremos no decorrer do texto, os imigrantes alemães se estabelecem na cidade ocupando, desde sua chegada, várias profissões. Por outro lado, 1887 é o ano de fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas (BTMM). Ao nosso ver, a fundação do BTMM marca um momento em que o capital agrário passa a investir na reprodução ampliada da economia local, rompendo amarras importantes com o capital sediado no Rio de Janeiro. Ou seja, o período inicial da indústria local<sup>2</sup> é suplantado, passando a cidade a contar com o maior parque industrial do estado, até o final da década de 1930 (Barros, 2007:82-121).

### **A imigração alemã e o crescimento de Juiz de Fora**

A antiga vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) surge no início do século XIX, quando passa abrigar famílias de fazendeiros e colonos, vindas, remotamente da região aurífera (Ouro Preto e Mariana), e recentemente da região das Vertentes (Barbacena e São João Del Rey). A partir de 1840 cresce na região a plantação do café, fruto de fatores externos e internos à região. Externamente, um aumento do consumo de café na Europa e Estados Unidos no período. Internamente por dois fatores igualmente importantes: o esgotamento dos solos do vale do Paraíba fluminense, por um lado, e uma grande quantidade de terras virgens na zona da Mata, propícias ao cultivo do cafeeiro, por outro (Andrade, 1991:94).

O progresso do capital cafeeiro tem seus reflexos. Em 1850 é fundada a Câmara Municipal. Juiz de Fora se torna uma cidade de barões do Império, sendo visitada 12

vezes pelo Imperador. Muitas famílias de outras regiões de Minas e do país chegam à cidade a partir de meados do século XIX, o que faz ampliar as redes de negócios, o fluxo comercial e o comércio de escravos na região, conforme apontado no código de posturas da Câmara Municipal (CMJF:1853). Chegam também os imigrantes: alemães, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses e algumas famílias inglesas (Giroletti, 1988:58-60; Oliveira, 1991:44-128; Andrade, 1991:95-98).

Durante a década de 1850 é fundada pelo investidor Mariano Procópio a Companhia União e Indústria, tendo início a construção da Estrada Rodovia União e Indústria com o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a província de Minas Gerais, destinando-se ao escoamento de café. Para a construção da estrada, Juiz de Fora recebeu a primeira leva de imigrantes europeus, todos alemães. Chegaram, em 1858, arquitetos, engenheiros, artífices e agricultores, entre outros. O total de imigrantes alemães que chegam à cidade neste ano foi pouco mais de 1.160 colonos. A maioria morando na colônia D. Pedro II e trabalhando nas obras da Companhia (Giroletti, 1988:59).

Dez anos mais tarde foi criado um plano de demarcação e nivelamento da cidade, calçamento das ruas centrais e construção do matadouro municipal, intensificando-se, assim, seu comércio com a instalação de várias vendas e armazéns. Em 1870 a cidade ganhou outras melhorias com a instalação de um telégrafo, da imprensa, de um fórum de justiça, de um banco, etc. Enfim, a cidade passou a ser o principal centro urbano e comercial da zona da Mata, para o qual convergiam interesses diversos, tanto dos comerciantes como da aristocracia cafeeira (Miranda, 1990:102).

O censo nacional de 1872 omitiu o número de estrangeiros alemães, colocando a presença portuguesa, na Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, superior a das outras nacionalidades. Como foi dito, chegaram pouco mais de 1.160 colonos alemães, além de outros técnicos mais especializados. Acreditamos que o fato destes imigrantes a esta época, em sua maioria, ainda estarem ligados aos seus prazos rurais na zona rural da cidade justificou a omissão supracitada. Um censo nacional num país imenso, em meio à completa desorganização de dados, pode incorrer em graves erros.

Neste período foram construídas a Estrada de Ferro D. Pedro II e a Estrada de Ferro Leopoldina, facilitando o transporte da produção cafeeira e acelerando o progresso da cidade. Elas se tornaram fortes concorrentes, comprometendo o sucesso da Estrada União Indústria. Um sistema de transporte urbano foi organizado na cidade na

década de 1880, através de um contrato para a instalação da linha ferro-carril destinada ao fluxo interno de cargas e de viajantes (Miranda, 1991:105-106).

Dentro dessas condições, a conjuntura da política imigratória imperial da época, orientada para a colonização e povoamento, possibilitou a criação da colônia de imigrantes na cidade.<sup>3</sup> A década de 1850 representou um período de transformações levando à necessidade de um plano de reorganização do país por parte das elites imperiais. O fim do tráfico de escravos implicou na valorização da mão-de-obra escrava existente, elevando seus preços e causando graves dificuldades para a sobrevivência de uma economia baseada estritamente nas relações de produção escravistas. Seus reflexos somente se fizeram sentir ao logo dos anos, com a crescente necessidade de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras. O tráfico interprovincial se constituía em uma medida provisória, já demonstrando sinais de que não se sustentaria por mais tempo. Portanto, a necessidade de uma política imigrantista era imperiosa para sanar as dificuldades que iam se avolumando.

### **O aparecimento do debate historiográfico: os alemães e as origens da indústria em Juiz de Fora**

Foram nas condições citadas acima que as famílias imigrantes alemãs se inserem no espaço urbano da cidade. Apesar das dificuldades iniciais, ao longo da década de 1860 e 1870, surgem vários estabelecimentos comerciais e fabris pertencentes aos imigrantes. A ascensão econômica de alguns imigrantes ocorre no bojo de valorização da produção cafeeira, em um momento de inversões do capital agrário nos setores comercial, financeiro e industrial da cidade (Almico, 2001:140). Inegavelmente, imigrantes e fazendeiros fizeram parte do processo – durante a década de 1880 – de reprodução da economia local.

O “*nó gordio*” surgido na historiografia econômica regional a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), em fins dos anos 1950, passa a ser o seguinte: a obra da industrialização de Juiz de Fora foi graças ao pioneirismo dos imigrantes alemães ou à transferência de rendas do setor agro-exportador para bancos e casas bancárias, disponibilizando, assim, créditos para outros setores, sobretudo o fabril?

As origens, dentro da historiografia local, do mito em torno dos imigrantes alemães como sendo os responsáveis pelo grande desenvolvimento industrial alcançado pela cidade, se iniciaram a partir de uma obra publicada no início do século XX, o “*Álbum do Município de Juiz de Fora*” (Esteves, 1915). Essa obra, criando os primeiros relatos sobre a história política, econômica e social da cidade e do município, superestimou a vocação industrial dos alemães, baseando-se nas nove cervejarias e alguns outros empreendimentos comerciais fundados pelos colonos alemães. Os dados, as cifras e as porcentagens citadas na obra foram, por sua vez, repetidamente reproduzidos por historiadores e escritores em publicações locais acerca da história da cidade<sup>4</sup>.

### **A visão do pioneirismo industrial do imigrante alemão**

O mito, então, foi sendo gerado aos poucos. No início da década de 1970 aparece outra importante obra sobre o tema, *Juiz de Fora, a Cia. União Indústria e os alemães* (Stehling, 1971). O livro teve o mérito de cobrir uma série de lacunas e de informações esparsas e desconhecidas sobre a colônia e a relação da mesma com a construção da estrada e a Cia. União Indústria. O autor realizou uma extensa pesquisa em jornais e arquivos, entrevistas a familiares e compôs uma obra de grande importância para a história da cidade. No entanto, incorreu na mesma visão anterior de exaltação dos feitos dos alemães e de supervalorização de sua atividade no desenvolvimento urbano e industrial de Juiz de Fora. Dentro dos estreitos limites da visão positivista, com citações de números, casos e histórias cotidianas, o autor teve o mérito de preservar uma série de dados, que hoje seria quase impossível de chegar até eles. Mas, sem nenhum rigor empírico e metodológico, não conseguiu avançar sobre seus limites e deixou de relacionar seus dados com questões mais profundas, tais como: a diferença entre manufatura e fábrica, a formação do mercado de trabalho e a mão-de-obra livre numa economia escravista. A impressão que nos passa é que os imigrantes foram os iniciadores e os finalizadores da atividade industrial de Juiz de Fora.

O mito do imigrante industrial, criado pela historiografia local, foi se tornando uma citação comum entre as demais obras produzidas e de caráter mais recente, tornando-se o referencial da industrialização de Juiz de Fora. Nesse sentido, Norma

Góes Monteiro (1974), Domingos Giroletti (1988) e Luiz Antônio Valle Arantes (1991) reproduziram a tendência da vinculação direta alemães-indústria. O que podemos observar, no entanto, é que esses estudos não apresentaram um conjunto razoável de fontes primárias pesquisadas, deixando escapar importantes dados, fatos e informações. Arantes, em especial, preocupado em demasia na afirmação da teoria weberiana em sua análise, acaba por se confundir, quase sempre no texto, importantes categorias econômicas, deformando o resultado final da pesquisa<sup>5</sup>.

O termo mito possui variadas interpretações e conceitos (Bastos Neto, 2003:34-39). É colocado como uma narrativa do passado, mas com valor explicativo; como ilusão, fantasia e camuflagem, contradizendo as regras do raciocínio lógico, ou mesmo é apresentado em sua animação criadora, incitando ao movimento e ação. Refletindo sobre o papel do mito político na historiografia pós-1970, Tiziano Bonazzi (1998:754-762) aponta que é preciso enxergá-lo como uma realidade a ser analisada pelas ciências humanas e não exorcizada. Para Bonazzi:

Contemporaneamente também a ciência política se tornou mais atenta aos problemas da linguagem simbólica e da simbolização, abrindo caminhos a uma nova reflexão sobre toda a matéria. Dessa forma, se foi enucleando uma série de problemas, entre os quais o principal é o da relação entre mito político e mitologia geral e entre mito político, ideologia e utopia (Bonazzi, 1998:758).

Partindo, então, desta concepção, buscaremos reconhecer que tipo de vinculação o mito do imigrante empreendedor tem com a realidade histórica vivida pela cidade, através do amplo desenvolvimento industrial que conseguiu alcançar. Neste sentido, uma das questões mais levantadas pela produção historiográfica local, para justificar a vocação industrial dos alemães refere-se à criação de cervejarias, desde a fundação da colônia até o final do século.

### **Novos estudos: capital cafeeiro, créditos e crescimento industrial**

Podemos dizer que a partir da década de 1990 novos trabalhos surgiram abordando o tema imigração, mercado de trabalho e industrialização em Juiz de Fora, procurando rever os trabalhos anteriores, pesquisando novas fontes primárias e apontando para novas leituras. Em geral estes novos trabalhos apontam no sentido da

inversão do capital agrário para setores urbano-industriais a partir da década de 1880 tais como bancos, companhias de eletricidade, ferrovias, transportes urbanos, sacarias de juta, imprensa, mecânicas, maquinarias para o café, construtoras e escolas técnicas. O ramo financeiro, através da criação em 1889 do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (CREDIREAL S/A), foi o elo principal de um sistema financeiro regional que além de financiar o setor agrário, estimulou a abertura de novas firmas no espaço urbano. Além disto, ao apoiar o setor de transportes ferroviários, se tornou o responsável direto pelo afastamento do comissário de café fluminense da órbita agro-exportadora local, elemento que fazia o lucro dos cafeicultores diminuir, uma vez que atuava como entreposto entre os produtores locais e as firmas exportadoras do Rio de Janeiro<sup>6</sup>.

O trabalho de Mônica Ribeiro de Oliveira (1991) nos parece bastante elucidativo a respeito da participação dos alemães neste ramo industrial entre os anos de 1861 e 1894 na cidade de Juiz de Fora. Oliveira mostra que das nove cervejarias fundadas, três foram originadas de famílias que vieram como colonos, proprietários de prazo e, portanto, agricultores: Kunz, Scoralick e Schubert. Estes dois últimos eram da colônia de baixo, mais próxima à área urbana da cidade. Seus descendentes estavam todos ligados a atividades comerciais, artesanais e operárias, completamente fora da função agrícola a que vieram destinados. Cinco foram criadas por colonos artífices, isto é, detentores de certa qualificação profissional e de uma experiência na produção, como: Kascher – ferreiro; Griese – filho de um segeiro; Kremer – filho de um colono artífice de Petrópolis; Winter – ferreiro; e Weiss – provavelmente possuidor de certo conhecimento ou experiência técnica.

Estas cervejarias, conforme apontam Oliveira (1991:80) e Bastos Neto (2003:17), não foram organizações industriais com altos investimentos de capitais em maquinários e mão-de-obra. Representavam, no início, manufaturas domésticas e artesanais, baseadas no trabalho familiar, impulsionadas por um certo conhecimento técnico adquirido no país de origem e com a função de comercialização dos produtos fabricados. Entre as nove cervejarias, cinco criaram, ao lado de suas fábricas, parque de diversões, salões para bailes, jogos e encontros familiares. Estas cervejarias, portanto, cumpriam uma função social na cidade, com áreas destinadas ao lazer e esportes e, ao mesmo tempo, garantiam a venda de seus produtos.

Acreditamos que uma qualificação profissional, em meio à completa ausência dela, associada a pequenos empréstimos familiares, unindo capitais, permitiram que certos trabalhadores pudessem se libertar da mera condição de assalariados e/ou agricultores para assumirem funções mais rendosas, surgindo daí o mito do imigrante pobre que se enriqueceu (Gorender, 1982:43). A crítica que fazemos à historiografia tradicional é que ela atribui extrema importância aos imigrantes, ampliam e generalizam tal fato como se uma grande parcela deles estivesse envolvida nas transações. A parcela que conseguiu vencer as dificuldades e sobreviver à nova conjuntura da década de 1890 foi mínima, como indicam os autores citados no parágrafo anterior.

O estudo do desenvolvimento urbano, comercial e industrial de Juiz de Fora aponta, em seu contexto sócio-histórico, para várias transformações processadas em outras regiões no período de transição para o capitalismo. O caso do colono Henrique Griese é um exemplo. Ele chegou à cidade como artífice, dois anos antes da criação da colônia. Com o fim das obras e com certa poupança acumulada, instalou aos poucos uma fábrica de carros e carroças, criou uma firma de transportes entre Juiz de Fora e Petrópolis e depois criou um grande empório de artigos importados da Alemanha (Oliveira, 1991:81).

O que distancia um artesão de um comerciante é que o primeiro controla a técnica de confecção do artigo, produz e, às vezes, ele mesmo se encarrega de sua comercialização (Dobb, 1981:71). Já o comerciante atua só na esfera da circulação, com certa vantagem que consiste na margem entre dois conjuntos de preços: aquele pelo qual podia adquirir produtos locais do artesão e aquele pelo qual podia revendê-los ao consumidor urbano; ou, então, os preços pelos quais podia comprar artigos exóticos, vindos de longe, e vendê-los aos compradores locais.

Alguns proprietários das cervejarias mais prósperas, com a de Kascher, Kremer e do próprio filho de Henrique Griese, também se aproximaram deste fato. Tanto atuavam com produtores em estilo artesanal, com atuavam como comerciantes na venda e revenda de artigos, conseguindo, com isto, grandes oportunidades de acumulação.

Com novos estímulos, investimentos e capitais, a circulação comercial em Juiz de Fora cresceu conjuntamente com o mercado de consumo e o mercado de trabalho, ganhando novos serviços urbanos como agências bancárias, telefones e energia elétrica. Nesta conjuntura favorável sua industrialização avançou não associada somente ao aparecimento de diversas unidades fabris, mas também a um crescimento global de sua



economia. A chegada dos italianos favoreceu a ampliação do mercado de trabalho e o surgimento de novos empreendimentos. Neste contexto, a presença alemã foi se envolvendo e assumindo novas funções.

Surgem desordenadamente várias manufaturas, que evoluíram para fábricas mecanizadas e estas passaram a coexistir com outras de caráter ainda domésticos e manuais, repetindo, desta forma, as grandes transformações nacionais:

Embora a história da industrialização capitalista do Brasil não tivesse havido uma fase cronologicamente delimitada de domínio da manufatura artesanal ou semi-artesanal, ao qual se seguisse o domínio da fábrica mecanizada, a transição da oficina à fábrica representou ocorrência freqüente (Gorender, 1982:44).

Oliveira, ao analisar o parque industrial de Juiz de Fora no início do século XX, aponta que os principais setores da indústria eram o têxtil e o de alimentos, empregando maior número de operários, investimentos e força motriz. O primeiro já tinha superado a base artesanal e manufatureira, enquanto que no segundo a maioria das indústrias era de pequeno porte. Nota-se a sobrevivência dos seguintes empreendimentos dos imigrantes alemães e descendentes: Fábrica de Malhas Antônio Meurer, Curtume Krambeck, Máquinas de fundição Kascher e irmão, Doces Christiano Horn; entre as fábricas de cerveja: Freesz, Kremer, Stiebler e Weiss, além de outras que foram criadas posteriormente com as malharias Waltemberg, Stumpf, Surerus e Sedam & Elsan (Oliveira, 1991:83-85).

A Fundação Kascher, a Fábrica de Doces Horn, as cervejarias Freesz e Weiss ainda permaneciam com pequenos empreendimentos, com reduzida força motriz, basicamente manual, com pequeno número de operários, não rompendo ainda os vínculos com a produção manufatureira. As cervejarias em geral e principalmente as maiores, Kremer e Stiebler, não conseguiram sobreviver às décadas seguintes, quando uma crise estrutural emperra o crescimento industrial da cidade (Barros, 2007:119-120).

Dentre as mais importantes fábricas, a única grande iniciativa imigrante foi a Malharia Antônio Meurer, que cumpriu o processo de transição do comércio importador de artigos para a produção direta dos mesmos. Antônio Meurer, filho de colonos da colônia D. Pedro II, envolveu-se no comércio de cerveja e pouco a pouco se estabeleceu com comércio de fazendas e armarinhos, vendendo também artigos importados, com meias de seda. Como a procura do artigo era muito grande, Meurer passou a investir seu

capital numa tecelagem de meias da mesma qualidade que as importadas. Comprou máquinas, contratou técnicos e montou uma manufatura doméstica, utilizando a força de trabalho de seus próprios familiares. Aos poucos conseguiu acumular e investiu em maquinário pesado, mão-de-obra e toda infraestrutura necessária à produção (Pacheco, 1996:105).

Fundamental no processo delineado acima foi a formação de um segmento financeiro-bancário no interior da economia regional. As primeiras experiências aconteceram, contudo, somente no final do século XIX, com a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais em 1887 (falido em 1892, sob o impacto do encilhamento) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A em 1889, este sim, a instituição bancária mais importante da região e que estará presente em todo o período da análise aqui proposta. Podemos dizer que até o início da década de 1920<sup>7</sup> o Crédito Real atua como único banco da zona da Mata<sup>8</sup>, surgido como um empreendimento financiado basicamente pelo capital agrário local, sob a liderança de importantes fazendeiros da região. O Banco de Crédito Real assume, já em 1891, as funções de um “banco misto”, ou seja, de um banco que reuniu na mesma instituição operações de longo prazo (com os empréstimos hipotecários e venda de letras) e aquelas de curto prazo (desconto e empréstimos comerciais).

Além disso, em 1911, o Estado assume o controle acionário do banco e, em 1919, realiza sua encampação efetiva, tornando o CREDIREAL uma instituição oficial.<sup>9</sup> Temos aqui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo, uma vez que em Minas o Estado representou o papel do capital comercial de São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Agrícola de Minas Gerais<sup>10</sup>. Uma abordagem mais recente da historiografia financeira e bancária da região aponta que boa parte destes recursos (oferecidos como garantia de juros para letras hipotecárias ou transferidos diretamente para a região via a rede de agências do banco) originava-se predominantemente na própria da Mata<sup>11</sup>. O aparelho bancário, portanto, assumiu no que tange aos empréstimos hipotecários de longo prazo (emprestando recursos a taxas de juros bem menores que as que vigoravam no mercado até então) a função de principal fornecedor do crédito agrícola e rompeu uma cadeia de financiamento que tinha no comissário radicado no Rio de Janeiro o principal

beneficiário<sup>12</sup>, contribuindo, deste modo, para a afirmação de um circuito financeiro que vai se realizar via aparelho de Estado, no espaço endógeno da economia regional.

Com relação às operações de curto prazo (recursos obtidos independentemente daqueles obtidos pelo estado), o banco também acaba por desempenhar um papel de fundamental importância na estruturação do mercado financeiro local e regional ao inaugurar as operações de desconto de letras e outros títulos de curto prazo, além das próprias operações de depósitos e empréstimos em conta corrente, internalizando um volume de recursos antes manipulados por bancos do Rio de Janeiro, através das relações comerciais do café.

### **Considerações finais**

Ao pesquisarmos sobre as origens da industrialização em Juiz de Fora, podemos observar que as maiores iniciativas urbano-industriais não partiram dos imigrantes alemães e, sim, de capitais ligados ao setor agrário ou por parte de industriais mineiros que transferiram seus recursos para a cidade, devido à sua dinâmica, facilidades de transporte e acesso à Corte. Como fez Bernardo Mascarenhas, que ao migrar da região central da província, fundou a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas com 150 operários, a Companhia Mineira de Eletricidade, a Companhia Ferro-Carril de Juiz de Fora e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (CREDIREAL), este último em parceria com Francisco Batista de Oliveira – um comerciante católico – e com o cafeicultor e político Marcelino de Brito Ferreira de Andrade, o Visconde de Monte Mário.

Fica claro, contudo, a participação dos imigrantes alemães nesse processo. É com se fosse um amálgama entre a vontade de se desenvolver economicamente por parte do imigrante e a mentalidade capitalista do cafeicultor em lhe oferecer crédito mais barato. Em fins da década de 1880, ao mesmo tempo em que Juiz de Fora passa a contar com bancos, grandes unidades fabris, transportes urbanos, hospitais, faculdades e energia elétrica – todos esses setores com grande participação do capital agrário-exportador –, amplia também o número de pequenos e médios estabelecimentos industriais e comerciais, setores esses com grande número de firmas sendo de

propriedade de um imigrante ou famílias de imigrantes. Não somente alemãs, mas sírio-libanesas, portuguesas, italianas, espanholas e, brasileiras.

## Referências

### Obras completas

ALMICO, R. *As fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações da riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870/1914)*. Campinas, Dissertação de Mestrado em História Econômica, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ANDRADE, R. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 1995.

ARANTES, L. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora - (1858/1912)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1991.

BARROS, N. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*. Vitória, Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

BASTOS, W. *et al. História econômica de Juiz de Fora – subsídios*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987.

BASTOS NETO, E. *Desmitologizando a “Manchester Mineira”*: uma análise dos sentidos da industrialização de Juiz de Fora em sua fase inicial (1856-1930). Juiz de Fora, Monografia de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História Econômica, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

CMJF. Câmara Municipal de Juiz de Fora. Posturas da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Rio de Janeiro, 02/12/1853.

DIÁRIO DE MINAS. Edições de 29/10/1888 e de 04/11/1888.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ESTEVES, A. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAERNE, C. *Le Brésil et Java*. Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique. Paris: Martins Nighhoff/Chellanei, 1885.
- MIRANDA, S. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- MONTEIRO, N. *Imigração e colonização em Minas Gerais (1889/1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.
- OLIVEIRA, M. *Imigração e Industrialização: os alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1991.
- OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.
- PACHECO, J. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 1996.
- PAULA, J. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIRES, A. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)*. São Paulo, Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1993.
- SARAIVA, L. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora - 1870/1900*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2001.
- STHELING, J. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1979.
- TRIBUNA DE MINAS. *Juiz de Fora – 150 anos*. Imigrantes. Edição comemorativa dos 150 anos de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Esdeva, 2000.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

## Capítulo de obra

BONAZZI, T. Mito político. In: BOBBIO, N *et al.* (Org.) *Dicionário de Política*. Vol. 2. 11. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 754-762.

## Artigos

ANDRADE, R. *Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 11, nº 22, p. 93-131, 1991.

PAULA, J. *História e teoria: sobre a proto-industrialização*. História Econômica & História de Empresas, Belo Horizonte, v. 6, nº 2, p. 97-124, 2003.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Professor da FAESA

<sup>2</sup> Sobre as condições várias para o início de um processo de industrialização (proto-industrialização), além de uma discussão teórica a respeito da mesma, ver: Paula (2003:97-124). As origens do processo de industrialização em Minas Gerais estão em: Paula (2000:83-86).

<sup>3</sup> Uma rica descrição das chegadas e inserção das famílias de imigrantes europeus e sírio-libaneses nos espaços rural e urbano do município de Juiz de Fora durante o século XIX está em: Tribuna de Minas (2000).

<sup>4</sup> Esta foi, e continua sendo, a matriz teórico-analítica seguida pelos historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF), desde sua fundação em 1959. Ver: Oliveira (1966); Bastos *et al.* (1987).

<sup>5</sup> Arantes, inspirado na obra teórica do sociólogo alemão Max Weber, aponta que a relação entre alemães e indústria em Juiz de Fora estaria baseada na postura religiosa e cultural dos colonos luteranos, o que Weber (1992:29-31) chamou de ética ou *ethos* protestante. É preciso ressaltar, no entanto, que a imagem do imigrante alemão como seno um homem honesto, trabalhador esmerado e digno de “confiança”, em contraposição à indolência do negro, sempre foi um dos argumentos dos defensores de sua vinda (DM, 1888:1).

<sup>6</sup> Entre estes estudos, os principais são os de: Miranda (1990); Oliveira (1991); Pires (1993; 2004); Saraiva (2001); Almico (2001); Bastos Neto (2003); Barros (2007).

<sup>7</sup> Barros (2007: 106-7).

<sup>8</sup> A zona da Mata mineira conheceu outras experiências bancárias que resultaram em instituições que tiveram vida relativamente curta, como o *Banco Territorial e Mercantil de Minas*, o *Banco de Cataguases*, o *Banco de Leopoldina* e o *Banco de Ubá e Rio Branco*, entre outros. Ver: Barros (2007: 106-7).

<sup>9</sup> Pires (1993).

<sup>10</sup> Pires (1993).

<sup>11</sup> Pires (2004).

<sup>12</sup> Pires (2004); Barros (2007); Almico (2001).